

Ano 6, Vol XI, Número 2, Jul- Dez, 2013, Pág. 104-171.

A IMPORTÂNCIA DOS AFETOS E DA SOCIALIZAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO DE UMA CRIANÇA INSTITUCIONALIZADA: O ESTUDO DE CASO DA MARIA FLOR

Anabela Lança Caeiro¹
&
Luís Sérgio Vieira²

RESUMO : O afeto e a socialização são, respetivamente, faculdade e processo psicológico, cruciais ao desenvolvimento saudável de qualquer criança. Um e outro, assumem especial relevo quando nos debruçamos sobre a compreensão do seu papel na criança institucionalizada, motivo pelo qual realizámos um estudo de caso, a que chamamos de Maria Flor. Esta criança de 3 anos de idade, proveio de um ambiente familiar altamente disfuncional, onde foi vítima de episódios de maus-tratos e violência grave por parte dos progenitores. Com recurso a uma metodologia qualitativa de natureza exploratória e descritiva, operacionalizada através de entrevistas semiestruturadas aos cuidadores (Psicóloga e a Educadora Apoio) da Instituição de Acolhimento, avaliámos a importância dos afetos e da socialização no desenvolvimento e bem-estar da Maria Flor. Baseamo-nos, deste modo, na análise da opinião que as cuidadoras manifestam sobre o impacto da intervenção que realizaram. Os resultados parecem evidenciar que as atividades de estímulo de vinculação e de afeto, alicerçadas no respeito mútuo entre a Maria Flor e as cuidadoras, contribuíram para o seu desenvolvimento, nomeadamente para a promoção das suas capacidades cognitivas, de autoestima e de autoconfiança.

PALAVRAS-CHAVE: afeto, socialização, criança institucionalizada, intervenção, instituição de acolhimento.

ABSTRACT : The affect and the socialization are, respectively, capacity and psychological process, crucial to the healthy development of any child. One and the other, are also particularly important when we analyze about understanding of their role in institutionalized child, which is why we conducted a case study, we call Maria Flor. This child of three years old, came from a highly dysfunctional family environment, where he suffered episodes of ill-treatment and serious violence on the part of parents. Using a qualitative methodology of exploratory and descriptive nature, implemented through semi-structured interviews with caregivers (Psychologist and Support Educator) of the host institution, we evaluated the importance of affect and socialization in the development and wellbeing of Maria Flor. We base ourselves in this way, on the analysis of the opinion of caregivers on the impact of the intervention performed. The results seem to indicate that the activities of stimulus the attachment and affection, grounded in mutual respect between Maria Flor and caregivers, contributed to her development, including the promotion of their cognitive abilities, self-esteem and self-confidence

Keywords: affect, socialization, institutionalized children, intervention, host institution.

Introdução

O ser humano tem, indiscutivelmente, uma necessidade intrínseca de se apegar, pelo que, a vinculação, é um processo psicológico necessário e estruturante do desenvolvimento. Este vínculo afetivo é exibido na infância, de forma primordial, pela ligação contínua e íntima que a criança estabelece com a sua mãe. O estudo e a formulação teórica da vinculação encontra-se associado aos trabalhos de John Bowlby e de Mary Ainsworth (ver Ainsworth & Bowlby, 1991; Bretherton, 1992, entre outros). O primeiro, enquanto autor responsável pela Teoria da Vinculação, encontra-se ligado aos estudos sobre a qualidade das interações afetivas na família e à importância das experiências precoces de separação, privação e perda no desenvolvimento psicossocial da criança (e.g., Bowlby, 1969/1990, 1973/1984). A segunda autora encontra-se ligada ao estudo da qualidade das interações bebê-mãe (e.g., Ainsworth, 1977, 1979, 1991).

Segundo Bowlby (1969/1990) a vinculação representa uma consequência do desejo biológico de aproximação e proporciona, igualmente, uma vantagem adaptativa, já que a criança ao se acercar da figura adulta (e.g., mãe), obtém proteção e salvaguarda a sobrevivência, condição necessária para poder explorar o mundo (George & Solomon, 1999). Este relacionamento inicial entre mãe e filho, constitui uma das principais bases da competência de relacionamento social da criança no futuro (Schaffer, 1996). A teoria da vinculação representa, então, a estrutura multifacetada dos laços emocionais e relacionamentos próximos (Schaffer, 1996). Deste modo, a vinculação na infância pode ser definida como uma relação que é privilegiada da criança em

contacto com a mãe ou com um substituto. Esta ligação afetiva é mútua, exige uma ação mais intensa da mãe, mas com a participação do bebê, uma vez que as dimensões que interferem no processo de vinculação materna ao bebê são as dimensões biológicas, psicológicas e socioculturais (Figueiredo, 2003).

Segundo Mikulincer e Florian (1998) o sistema de vinculação é considerado universal e, igualmente, individual, porque constitui um processo normativo de adaptação, segundo uma perspectiva evolucionista e individual, em que cada pessoa transmite segurança de uma forma específica e elabora o seu processo de vinculação de forma singular. O funcionamento do sistema de vinculação representa e facilita o pressuposto de regulação e de equilíbrio emocional. A ativação do sistema de vinculação inicia-se através da aproximação e vínculo à mãe, permitindo a presença de um sentimento de segurança perante o mundo que a rodeia, o que faz com que o bebê procure uma ligação de proximidade, com a figura materna. As diferenças a nível individual decorrem, essencialmente, da qualidade da relação e do grau de intensidade na vinculação entre mãe e filho. É neste sentido que os autores referem que o sistema de vinculação apresenta diversos estilos que correspondem a padrões individuais.

A relação de vinculação é segura quando a criança está confiante com a figura de vinculação. Nestas circunstâncias, a criança acredita e confia na sensibilidade e responsividade dos cuidadores e, em resultado disso, é a criança que tem grande poder de confiança nas suas interações (Weinfield, Sroufe, Egeland & Carlson, 1999). Por outro lado, segundo os mesmos autores, a criança que apresenta uma vinculação insegura manifesta grandes dúvidas em

relação à sensibilidade e disponibilidade dos seus cuidadores, revelando, ainda, altos índices de revolta em relação a estes. As experiências repetidas de vinculação insegura levam a criança a não ser capaz de produzir comportamentos de vinculação nas situações adequadas e, não sendo capazes de explorar o seu meio ambiente, apresentam altos índices de falta de confiança em si próprias, o que acontece nas crianças institucionalizadas (Ainsworth, 1979).

Em síntese, na infância, a vinculação tem como principal pressuposto a existência de um determinado sistema inato de autorregulação do comportamento. O seu intuito principal relaciona-se com a proteção da criança e a procura de proximidade através de uma figura, geralmente a mãe, que lhe transmita segurança, proximidade, em suma, um “porto de abrigo”, perante situações adversas ou estranhos. Se a criança vive num ambiente harmonioso, alicerçado em relações interpessoais saudáveis, a mesma expressará satisfação, bem-estar e sentimentos de segurança e de confiança em si mesma. Por outro lado, se a relação se encontra ameaçada, tendem a surgir sentimentos de ansiedade, angústia e insegurança (Bowlby, 1969/1990).

A violência, ao nível familiar, pode apresentar-se de modo diverso. São exemplos de diferentes tipos de maus-tratos os seguintes casos: negligência, abandono, maus-tratos físicos, maus-tratos psicológicos e abuso sexual (Azevedo & Maia, 2006; Cavalgante, Brito & Magalhães, 2005). No balanço da atividade de 2007, a Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco (CNPJCJR, 2008), identificou como principais problemáticas, na faixa etária dos 0 aos 5 anos, os seguintes factores de risco (apresentados por ordem

decrecente de importância): negligência, exposição a modelos de comportamento desviante, maus-tratos psicológicos e físicos, abandono e abuso sexual, tendência que se mantém no relatório anual relativo a 2012 (CNPq, 2013).

Um estudo sobre maus tratos em crianças, publicado pelo Centro de Investigação Innocenti da UNICEF (2003), revela que perto de 3.500 crianças com menos de 15 anos morrem todos os anos em consequência de maus-tratos nos países desenvolvidos. Este estudo revela, ainda, que as crianças mais pequenas são as que correm maior risco. Por este facto, a intervenção deverá ser realizada com os pais, o mais precocemente possível, ou seja, em famílias onde existam crianças entre 0 e os 6 anos de idade.

Atualmente, sabe-se que as consequências de um ambiente familiar violento não se refletem, apenas, no risco de maus-tratos físicos para a criança. Esta instabilidade provoca uma perturbação na relação familiar entre pais e filhos (Belsky, 1993).

Deste modo, no estudo da criança maltratada é considerada uma tríade de fatores de risco: fatores inerentes aos pais, fatores inerentes à criança e fatores associados a uma situação de crise (Canha, 2000; Gabadinho & Pires, 2001). Os principais fatores de risco inerentes aos pais são: para além dos maus-tratos sofridos na própria infância e características de personalidade imatura e impulsiva; idade inferior a vinte anos; maior vulnerabilidade ao *stress*; baixa tolerância às frustrações; atraso mental; mudanças frequentes de companheiros e residência; e antecedentes criminais. Como fatores de risco inerentes à criança, os autores referem: as crianças que nascem de mães muito

jovens, sós e fruto de gravidez não desejada; as crianças que tenham sido separadas da mãe no período neonatal; as que não correspondem às expectativas dos pais; as crianças deficientes ou com doença crônica; as crianças hiperativas ou com outras perturbações de comportamento. Como factores associados a uma situação de crise, os autores consideram o desemprego, os ordenados baixos, o grau de instrução dos pais, as más condições de habitação, o alcoolismo e a toxicod dependência são alguns dos factores associados a situações de crise que estão na origem da violência familiar. Estes factores promovem uma maior frustração pessoal, grande instabilidade emocional e, também, a desumanização de hábitos e de comportamentos, o que proporciona um ambiente favorável ao aparecimento da violência, sendo o mau trato uma consequência natural (Gabadinho & Pires, 2001).

As consequências psicológicas para a criança privada de afeto são diversas, nomeadamente de ordem física, emocional, intelectual ou social (Oppenheim, Koren-Karie & Sagi, 2001). Quando o ambiente é adverso torna-se necessário procurar outros contextos e pessoas que possam oferecer experiências relacionais positivas e facilitadoras do desenvolvimento da criança, pois se as situações assumem um cariz mais extremo ou perigoso, por exemplo, maus-tratos, negligência parental e violência grave (e.g., Calheiros & Monteiro, 2000), nomeadamente colocando em causa a vida da própria criança ou o seu desenvolvimento (a nível emocional, comportamental, cognitivo, social, etc.), a denúncia e referenciação justifica-se, passando-se para a intervenção de entidades externas à família que procedem ao internamento ou à

institucionalização da criança. Em grande parte destas situações de risco, a criança está exposta a um ambiente socialmente instável, condições de vida precárias e comportamentos marginais, quer entre os progenitores quer entre outros elementos da família.

O comportamento parental é constituído por diversas facetas: fatores que influenciam o comportamento parental; estilos parentais educativos, competência parental e bem-estar parental (Pereira & Canavarro, 2004). Os pais nem sempre conseguem desenvolver e utilizar as suas competências de forma adequada às necessidades dos filhos e isso converte-se, frequentemente, no cerne das suas dificuldades (García, 2006). Do ponto de vista psicológico, as competências parentais são indissociáveis do processo educacional, pois definem as capacidades do pai e da mãe em responder às necessidades de cada um dos seus filhos.

Para Pereira e Canavarro (2004), a intervenção na área dos maus-tratos infantis implica pensar no comportamento parental como a variável mais diretamente associada ao bem-estar da criança. A intervenção com os pais tem como objetivo garantir que a competência parental esteja presente na vida da criança. Nestas situações, o comportamento parental pode ser perspetivado na dupla vertente “causa” e/ou “efeito”. Causa, na medida em que é a sua inadequação que mobiliza os esforços de intervenção dos vários serviços. Efeito, no sentido em que é sobre o comportamento parental que incide e se avalia a mudança. À semelhança de outros, os autores citados, consideram que o comportamento parental deve ser conceptualizado num contínuo de comportamentos possíveis entre o “mau trato” e o “bom trato”, ao invés de ser

categorizado como adequado *versus* inadequado ou competente *versus* incompetente, o que poderá traduzir mais adequadamente a transição de uma relação nociva para uma relação saudável. Na verdade, o modo de abordar o comportamento parental é muito importante na medida em que nela se fundamentam as estratégias de intervenção conducentes à mudança de comportamentos, ou seja, ao modo como os pais poderão evoluir ao longo do contínuo supramencionado.

Partindo de uma perspectiva ecológica do desenvolvimento humano, os mesmos autores portugueses desenvolveram um estudo com o objetivo de conhecer as diferenças entre pais maltratantes (PM) e pais não maltratantes (PNM). Os investigadores observaram que podem existir diferenças relacionadas com: o nível de escolaridade, os PM apresentaram um grau de instrução significativamente mais baixo que os outros pais; a tipologia familiar, no grupo de PM existiu um número significativamente maior de famílias reconstituídas, enquanto que no grupo de PNM a família nuclear era a tipologia familiar mais frequente; a história de desenvolvimento, um valor muito baixo de PM consideraram que a experiência de maus-tratos na infância teve impacto nas suas práticas parentais atuais, o que leva as autoras a equacionarem se essa percepção não constitui, também, um fator que influencia o comportamento parental, entre outras diferenças.

A ausência de parentalidade leva a que as crianças não tenham qualquer parâmetro de referência emocional, crescendo confrontados com situações de padrões extremos da escala afetiva e presença de qualidade distorcida. Segundo alguns estudos, algumas das consequências dos maus-tratos são o

desenvolvimento de um padrão de vinculação desorganizado, défices no desenvolvimento intelectual, cognitivo, social, físico e sexual, dificuldades na regulação emocional, baixa autoestima, problemas interpessoais em contexto escolar e familiar (e.g., Canha, 2002; Cicchetti & Lynch, 1995; Cicchetti & Toth, 2005; Cicchetti, Toth & Lynch, 1995;. Gibb, 2002; Gustafson & Sarwer, 2004). A gravidade das consequências a longo prazo, depende de fatores como o tipo e a duração dos maus tratos, assim como o grau de violência, a idade em que ocorrem, o nível de desenvolvimento em que a criança se encontra e o grau de parentesco entre ela e o agressor. Nas palavras de Magalhães (2002, 2010), os maus-tratos ocorridos no seio da família são os de pior consequência para as crianças, uma vez que se verifica uma quebra profunda de confiança e uma perda de segurança em casa, o que constitui uma ameaça profunda ao seu desenvolvimento. Ainda segundo Cicchetti (2002) e Bergen, Martin, Richardson, Allison e Roeger (2004), podem ter, ainda, como consequência, o surgimento de sintomas dissociativos, propensão para o suicídio e desenvolvimento de perturbações psicológicas, quer na infância, quer na idade adulta.

Na perspectiva de Erving Goffman (1985), as instituições de acolhimento de crianças e jovens caracterizam-se por “um local de residência e de trabalho, onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por um período de tempo, leva uma vida fechada e fortemente administrada” (p. 33). Segundo Kellerhals e Montandon (1991), o principal desafio das instituições de acolhimento, que zelam pela guarda de crianças e jovens que apresentam *deficits* a nível de estrutura

familiar, é o de intervir em quatro domínios, contribuindo para uma maior autonomia dos indivíduos institucionalizados:

- a aquisição de atitudes ajustadas para participar na produção social;
- a interiorização das crenças e das normas de modo a fomentar a conduta destas crianças e jovens;
- o ensino de técnicas de interação pessoal;
- e o manejo de signos e símbolos que contribuam para a construção da identidade pessoal.

A implementação de um serviço de proteção à criança ocorre quando se verifica umas das possíveis situações de negligência infantil, associado à incapacidade de exercer os deveres de proteção à criança e abandono total (Ochotorena, 2005). Algumas destas crianças encontram-se institucionalizadas como resposta encontrada pela sociedade e como medida de proteção à criança, ao mesmo tempo, que possa fornecer um futuro melhor (Machado & Gonçalves, 2002). Assim sendo, a institucionalização tem como finalidade principal a proteção das crianças em situação de abandono, de forma a poder disponibilizar o desenvolvimento a nível físico e mental.

A socialização e a aprendizagem são dois conceitos fortemente associados nos cânones da psicologia, os quais ganham relevo quando nos debruçamos sobre o papel das instituições de acolhimento. Segundo Palacios (2003), a socialização ocorre, geralmente, segundo três processos distintos:

- a. Processos mentais de socialização, que correspondem ao conhecimento de valores, regras e normas, bem como a aprendizagem da linguagem.

- b. Processos afetivos de socialização, base mais importante para o processo de desenvolvimento social da criança, que está relacionado com o apego, e a amizade.
- c. Processos de conduta de socialização, processo de motivações que favorecem o processo de conduta moral da criança e de comportamentos.

O processo de socialização das crianças institucionalizadas é fomentado, na maior parte dos casos, através da integração psicológica e social. Tal estratégia advém do facto de a família, a escola e os amigos serem fortes áreas de interação privilegiada e contribuir para a definição de estilos de vida de cada pessoa, o que, frequentemente, os jovens institucionalizados não apresentam. Deste modo, a instituição de acolhimento tem que ter a preocupação de estabelecer o elo de ligação entre a vivência e a experiência de cada um (Fonseca, 2005).

No percurso que decorre desde a família até à inserção na instituição, são inúmeros os fatores de risco que condicionam a trajetória de cada criança, levando a situações de exclusão e de desinserção social, com consequências para a sua integridade emocional e social (Strecht, 2003).

Segundo o relatório do Instituto de Segurança Social (Santos et al., 2009), as principais causas do processo de institucionalização de crianças residem nas seguintes situações: ocorrência de problemas de comportamento que pressupõem a existência de um padrão de comportamentos em que são violados os direitos básicos da criança; pelo consumo de droga e/ou outras substâncias por parte dos progenitores que leva a situações de negligência em

relação à criança; e por problemas de saúde mental dos progenitores. Frequentemente, as crianças que se encontram em situação de institucionalização estão dependentes de um meio familiar patológico que as impede de seguir em frente com as suas necessidades, crescendo, na maior parte das vezes, com sofrimentos e traumas que não conseguem dar significado (Stretch, 1999). De igual forma, podemos reiterar que a institucionalização de crianças e jovens é um processo envolto de elevada complexidade, onde intervêm múltiplos atores em diversos contextos, seja ao nível familiar, escolar, comunitário e da sociedade (Alberto, 2003).

Segundo Strecht (2003), existe a possibilidade de uma criança em situação de não vinculação com a família poder desenvolver algumas disfunções a nível emocional e cognitivo (e.g., imaturidades estruturais que representam uma má organização do seu “eu”; depressões com vários níveis de profundidade e gravidade; e desorganizações psicóticas, desorientação e confusão com a realidade).

Alguns estudos (e.g., Smyke, Dumitrescu & Zeanah, 2002; Stovall & Dozier, 2000; Vorria, Papaligoura, Dunn, Van Ijzendoorn, Steele, Kontopoulou et al., 2003) descrevem a criança que é abandonada como uma criança agressiva, com má adaptação escolar, baixa performance académica e com relacionamentos pobres, e referem que estas crianças, mesmo institucionalizadas, poderão vir a ser adultos antissociais, caso o seu percurso não seja bem acompanhado. Morton e Browne (1998) realizaram um estudo sobre a vinculação no seio de crianças maltratadas. Verificaram que a maior parte das crianças maltratadas possuem poucos indicadores de vinculação

segura, em comparação com crianças que não são maltratadas. Assim sendo, a instituição de acolhimento pode contribuir para a transformação de carências afetivas da criança institucionalizada, permitindo um desenvolvimento harmonioso e saudável (David, 1990).

O acolhimento institucional, mesmo que referido em alguns estudos como constituindo um fator de risco, pode não fundar um determinante de psicopatologias nas crianças, pois existem algumas variáveis que intervêm na boa (ou má) adaptação da criança: o seu passado; o seu presente; a associação entre os laços que existiram na sua família biológica; e os laços com os membros da instituição (e.g., Alberto, 2003; MacLean, 2003). Assim, embora existam alguns aspetos negativos da institucionalização das crianças, as instituições proporcionam igualmente, experiências sociais e coletivas, bastante positivas, na medida em que facilitam a formação e manutenção de relações entre crianças de várias idades, de vários meios socioculturais e de diferentes vivências.

No processo de acolhimento institucional, o primeiro comportamento da criança consiste no estabelecimento de uma nova ligação, logo, suscitando o surgimento de uma relação de proximidade. Neste contexto, a teoria da vinculação refere que a capacidade de estabelecer todas as relações emocionais próximas é condição essencial no ser humano, e está presente no seu ciclo de desenvolvimento (Dozier, Stovall, Albus, Bates, 2001; Stams, Juffer, Van Ijzendoorn, 2002). A capacidade do adulto em responder adequadamente às solicitações e sinais da criança contribui, em muito, para a formação da

vinculação, bem como de todos os modelos internos desenvolvidos pela criança (Relvas & Alarcão, 2002).

Segundo Marin (1999), a institucionalização representa uma oportunidade positiva para a criança bem como para o seu desenvolvimento mental e psíquico. A criança encontra na instituição, os limites para a aquisição da sua própria identidade e coloca-a como sujeito ativo. A própria desmitificação destes fatores clarifica o papel positivo da instituição, e que esta seja vista como principal alternativa para o desenvolvimento integral da criança. Segundo Siqueira e Dell' Aglio (2006) a instituição representa um abrigo específico, local onde é efetuado um conjunto de atividades, funções e interações e, igualmente, um local para o desenvolvimento de relações recíprocas de equilíbrio, poder e afeto.

Assim sendo, as crianças institucionalizadas a longo prazo apresentam fortes relações com as diversas pessoas da instituição e, acabam por tornar essas pessoas referências familiares (Cavalcante, Magalhães & Pontes, 2007). Se por um lado as instituições apresentam um conjunto de vantagens, promovendo o acolhimento e segurança necessários, por outro lado tendem a restringir o direito à individualidade, à intimidade e particularidades de cada um, já que não consegue, na maior parte das vezes, assistir de forma individual a cada criança. Deste modo, a maior parte das instituições, que acolhe crianças abandonadas ou aquelas que são retiradas à família por ordem judicial, tem um plano diversificado de atividades como um instrumento de trabalho facilitador da inserção pessoal, sócio-escolar, profissional e comunitária. Trata-se de

atividades que cumprem algumas funções como: a aprendizagem; o confronto com a realidade; o reforço do espírito de grupo de amizade; e a higienização.

Método

Esta investigação é um estudo de caso qualitativo que tem como finalidade, analisar a importância dos afetos e da socialização da criança institucionalizada, tendo como objeto de pesquisa um caso, uma menina de 3 anos de idade, a que designamos de Maria Flor. Deste modo, o problema que está subjacente à nossa investigação é o seguinte: a ação que foi planejada e implementada pela instituição de acolhimento produziu resultados vantajosos ao nível do afecto e da socialização da Maria Flor?

A temática dos afetos e da socialização na criança institucionalizada é central na avaliação do grau de concretização do papel e da ação destas instituições. Face à escolha metodológica efetuada (estudo de caso qualitativo), a presente investigação propõe-se a ajudar no reconhecimento do papel dos intervenientes no processo de integração e desenvolvimento da criança institucionalizada, em especial nas dimensões do afeto e da socialização.

Para a recolha de dados, optámos pela entrevista, uma vez que esta se nos afigurou como a ferramenta mais adequada ao contexto e elementos que pretendíamos obter e analisar. A entrevista permite, ao investigador, recolher dados que visam compreender um determinado fenómeno ou contexto e a sua relação com os sujeitos envolvidos. Através dela é-nos dada a oportunidade de “recolher dados descritivos na linguagem do próprio sujeito, permitindo ao

investigador desenvolver intuitivamente uma ideia sobre a maneira como os sujeitos interpretam aspectos do mundo (Bogdan & Biklen, 1994, p. 134)

Optámos por utilizar entrevistas semiestruturadas, dada a possibilidade que apresentam, quer na orientação dos aspectos a abordar com o interlocutor quer para a análise qualitativa de conteúdo (Gaskell, 2005). Para a elaboração guião da entrevista tivemos em consideração o elencar de um conjunto de questões orientadoras que não impedissem a introdução de novas questões no decorrer da entrevista ou mudanças na sua sequência, de acordo com a relevância que os diferentes aspectos pudessem suscitar aos entrevistados, mas que orientasse a recolha de dados. Ou seja, um guião que garantisse flexibilidade e fluidez de ideias e representações, sem deixar de lado os objectivos pretendidos (Estrela, 1994). As questões elencadas centraram-se na recolha de elementos informativos sobre aspectos relacionados com o nível e caracterização do desenvolvimento da criança no momento do acolhimento na instituição; com o plano de intervenção desenhado pela equipa multidisciplinar; e com a avaliação que faziam da influência deste, decorridos 18 meses da sua aplicação.

Das diversas valências profissionais que estão contempladas na equipa multidisciplinar que procede ao acolhimento e acompanhamento da criança institucionalizada, seleccionámos a Psicóloga e a Educadora de Apoio, por, de acordo com a análise das atribuições que lhes estão conferidas, serem aqueles profissionais que, no âmbito das dimensões do acolhimento e da intervenção, exercem uma ação mais direta, ampla e contínua com a criança institucionalizada.

As entrevistas ocorreram em local calmo e tranquilo para garantia de condições favoráveis à concentração e, conseqüentemente, benéfico para um discurso fluente e duraram cerca de 60 minutos.

Em cada guião surgiu uma lista de temas em blocos temáticos. Para cada bloco, foram definidos objetivos específicos e formuladas questões específicas com o propósito de orientar a entrevista.

Desta forma, o guião da entrevista a realizar à psicóloga é composto por três blocos. O primeiro bloco, constituído por cinco questões, teve como objetivo recolher informações sobre as vivências da Maria Flor antes de ser institucionalizada, para melhor percebermos as razões do seu afastamento familiar. O segundo bloco, composto por doze questões, foi elaborado de forma a poder-nos elucidar sobre os comportamentos e atitudes da Maria Flor, assim como, as atividades e as estratégias que contribuíram para as mudanças desses mesmos comportamento e atitudes, fomentando o seu desenvolvimento e aprendizagem e, ainda, tomarmos conhecimento sobre o possível futuro projeto de vida para a criança em estudo. O terceiro bloco, que integrou quatro questões, surgiu no sentido de reunir as informações necessárias para podermos realizar a ponte entre o primeiro e o segundo blocos. Mais propriamente, para percebermos em que medida as instituições, ou esta em particular, promovem o desenvolvimento / aprendizagem destas crianças ajudando-as a ultrapassar as barreiras que as impediram de crescer de uma forma saudável, equilibrada e harmoniosa.

O guião da entrevista realizada à educadora de apoio foi composto por dois blocos. O primeiro bloco, composto por dez questões, visou recolhermos

informações acerca da criança em estudo, os seus comportamentos / atitudes perante a intervenção da educadora, as suas dificuldades cognitivas e de socialização, as formas de intervenção e a opinião sobre o seu futuro projeto de vida. O segundo bloco, incluiu sete questões, surgiu com a intenção de nos fornecer elementos sobre as dificuldades da Maria Flor nas relações com os elementos que a rodeiam (adultos e crianças), assim como, sobre as consequências (negativas) das vivências traumáticas vivenciadas no passado no presente, e que estratégias tinham ou estavam a ser implementadas para minorar essa influência.

Ao elaborarmos os dois guiões tivemos a preocupação de ir ao encontro da problemática do nosso estudo, tentando convergir as questões no sentido da confirmação das dúvidas que nos propusemos clarificar.

Durante a preparação para a realização das entrevistas tivemos em consideração alguns requisitos metodológicos. Tais como, conversas informais prévias, onde se trocaram impressões sobre a temática, os objetivos do estudo, esclarecimento de dúvidas de ambas as partes, tentando criar um clima agradável e de partilha de conhecimento, colocando as entrevistadas à vontade. No decorrer das entrevistas, procurou-se que estas fluíssem sem nenhum tipo de constrangimento externo, dando liberdade para responder às questões.

Após a realização das entrevistas, estas foram transcritas com a máxima fidelidade possível, procedeu-se à sua organização, assim como, o seu tratamento e análise. Uma vez que os dados se encontravam sob a forma de texto, usou-se os procedimentos normais de análise de conteúdo. Procedeu-se à

organização esquemática das informações obtidas com o objetivo de, através delas, aumentar a compreensão sobre o fenômeno em estudo.

Concluída a transcrição das entrevistas, realizou-se uma leitura generalista, mas com o propósito de deixar fluir impressões e orientações. Bardin (2004) define esta fase como a “leitura flutuante” ou seja, o investigador de uma forma gradual vai-se apropriando do texto, criando ligações entre o documento analisado e as suas próprias anotações, até que comecem a surgir os contornos das suas unidades de registo, que “podem ser frases ou uma sequência de parágrafos” (Bogdan & Biklen, 1994, p. 233).

Transcritas e lidas as entrevistas, verificou-se que existia homogeneidade no *corpus escrito*, quer quanto ao conteúdo, quer quanto ao modo de expressão dos sujeitos, entre os dois entrevistados.

Realizaram-se diversas leituras de uma forma mais aprofundada, sobressaindo alguns temas e ideias fundamentais, ainda que provisórias. Elaborou-se uma matriz de análise de conteúdo e procedeu-se à desfragmentação do texto segundo o critério de unidade, ou seja, pelas várias temáticas. Esta divisão permitiu chegar a unidades de registo, indicadores de categorias e cada categoria contemplando outras subcategorias. Assim, a categorização, não tendo sido definida *a priori*, resultou de um processo de “classificação analógica e progressiva dos elementos” (Bardin, 2004, p. 113). A escolha de categorias é, conforme salientado na literatura, um procedimento de primordial importância na análise de conteúdo, pois são elas o elo de ligação entre os objetivos da pesquisa e os seus resultados. O valor da análise depende do valor ou legitimidade das categorias de análise. É o objetivo que se pretende

alcançar que deve ter relevância na escolha ou definição do que deve ser quantificado.

Da leitura e análise do *corpus* das entrevistas e seguindo os princípios preconizados por Bardin (2004), para a análise de conteúdo emergiu uma matriz com quatro itens:

- nas categorias foram agrupados os temas-eixo tratados na entrevista, associando-se tudo o que as entrevistadas mencionaram a esse respeito;
- nas subcategorias foram agrupadas as questões tratadas dentro de cada tema-eixo;
- nas unidades de registo foram agrupados os segmentos de conteúdo a considerar como elementos base dos temas tratados;
- e nas unidades de contexto foram colocadas as respostas das entrevistadas.

Por motivos de economia de espaço, as tabelas que apresentamos neste documento fazem referência, apenas, às categorias e às unidades de registo. Tal opção assenta no facto de considerarmos que, dos quatro itens mencionados, estes são os mais relevantes para a apresentação e discussão dos resultados, para além de que no texto narrativo incluiremos excertos das entrevistas.

A par do interesse científico que a temática suscita, da investigação neste domínio podem decorrer evidências revelantes para os profissionais que exercem a sua prática em instituições de acolhimento de crianças, nomeadamente para psicólogos e educadores de apoio.

Resultados

Inicialmente, será apresentada uma descrição do caso a fim de explicitar a trajetória de institucionalização da Maria Flor. É importante salientar que os dados apresentados referem-se à percepção que a psicóloga e a educadora de apoio têm desta menina, bem como dos elementos registrados no seu processo individual na IA. As perspectivas de cada técnica são apontadas e discutidas, procedendo-se, a partir delas, para a discussão.

Descrição do Caso

Para a descrição do caso contamos com as informações que nos foram dadas pela psicóloga do CAT (Centro de Acolhimento Temporário), bem como pelos elementos constantes do processo individual, a que tivemos acesso sob compromisso de honra de garantia de confidencialidade e de uso dos dados recolhidos, em exclusivo, no âmbito da investigação que agora apresentamos.

A Maria Flor é uma criança do sexo feminino que nasceu e viveu numa família profundamente disfuncional. O seu ambiente familiar era caracterizado por frequentes episódios de maus-tratos e violência, associados ao consumo de álcool por parte de um dos progenitores (o pai). O agregado familiar era composto pelos progenitores e por duas filhas, a Maria Flor, com dois anos e meio e a irmã com um ano de idade (idades à data da institucionalização). A mãe, não tinha possibilidades de cuidar das suas filhas por falta de sustentabilidade, em termos financeiros e habitacionais. A relação familiar entre os progenitores era bastante disfuncional, onde os conflitos e agressões entre eles faziam parte do quotidiano, envolvendo, por vezes, também as suas

filhas, quer enquanto observadoras das agressões verbais e físicas, quer como vítimas diretas desses mesmos atos. Podemos perceber, deste modo, que o ambiente familiar das crianças era instável, hostil e pouco securizante, o que conduziu a que estas crianças não desenvolvessem uma vinculação afetiva segura e positiva com os seus pais. Existia algum isolamento social desta família, na medida em que não eram promovidos contactos com familiares, quer do lado materno quer do lado paterno, assim como com outras pessoas que fossem ou pudessem vir a ser significativas para as crianças, como amigos ou vizinhos.

Por decisão da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), entidade com competência na sanção aplicada, a medida de Promoção e Proteção através de acolhimento temporário em instituição, a Maria Flor, assim como a sua irmã, foram institucionalizadas em conjunto.

No momento da entrada na instituição, segundo o relatório psicossocial elaborado pela psicóloga do CAT, a Maria Flor apresentava um ligeiro atraso no desenvolvimento, ao nível das competências de audição, fala, linguagem e autonomia pessoal e social. Era uma criança que deixava transparecer as situações trágicas vivenciadas. Em termos da afetividade, não procurava o contacto afetivo e perante as manifestações afetivas (toque físico, abraços), ou se recusava, ou então se retraía e parecia sentir-se desconfortável. Manifestava uma grande inibição comportamental, sinais de tristeza, sofrimento e dificuldades na autorregulação emocional, pois chorava frequentemente e recusava-se a participar nas atividades e rotinas diárias. A sua aparência física apresentava um aspeto muito frágil, pois a sua pele, assim como, os seus

cabelos encontravam-se bastante desidratados. No que respeita à alimentação, inicialmente, recusava-se a ingerir determinados alimentos, para além de não saber comer sozinha. Na sua higiene pessoal, apresentava um grande desconforto / aversão aos momentos do banho, principalmente, no momento da lavagem da cabeça. Não tinha adquirido, ainda, o controlo dos esfíncteres, usando fralda. Ao relacionar-se com o meio envolvente, mostrava bastante insegurança e, por vezes, tapava os ouvidos com as mãos, quando surgiam ruídos mais fortes ou quando lhe eram solicitadas algumas regras de comportamento.

No mesmo momento (entrada na instituição), a Maria Flor manifestava, ainda, indícios de ausência de vinculação afetiva para com a progenitora, recusando-se a permanecer com esta na sala de visitas, não procurando o contacto afetivo com esta e revelando uma atitude de desconfiança na sua presença. Refira-se que o progenitor, desde que a menina integrou o CAT, não manteve qualquer contacto. Esta situação mantinha-se passados dois anos após a entrada (momento correspondente ao termo da nossa investigação). Este abandono traduz uma total desvinculação/quebra dos vínculos paternos.

Plano de Intervenção

A equipa pluridisciplinar da instituição, promoveu a reabilitação desta criança através de um Plano de Intervenção coerente com a sua situação e com a colaboração direta da Psicóloga e da Educadora de Apoio. Assim, para suprir os *handicaps* existentes em termos de desenvolvimento desta criança, após a avaliação psicológica, foi implementado um conjunto de atividades que

pudessem contribuir para o restabelecimento de todas as suas capacidades. O estabelecimento de regras e rotinas diárias pretendia auxiliar a criança a estruturar-se e a experienciar a previsibilidade e estabilidade do ambiente, no sentido de lhe proporcionar bem-estar. Igualmente, foi promovida a afetividade e o estabelecimento das relações de confiança com os adultos cuidadores, no sentido de proporcionar cada vez mais confiança.

Considerando os elementos recolhidos na avaliação, em especial as características e necessidades apresentadas pela Maria Flor, a equipa multidisciplinar decidiu executar um plano de intervenção com quatro objectivos específicos nucleares:

- facultar um ambiente securizante, como facilitador da sua adaptação e que permitisse a estabilidade e a harmonia na sua evolução e desenvolvimento global;
- criar novos laços e afetos, que promovessem a confiança no adulto e nela própria, criando um relação emocional com o outro, favorável à aquisição de novas aprendizagens;
- proporcionar oportunidades de socialização com outras crianças, realizando aprendizagens com os seus pares, partilhando e brincando com alegria e bem estar;
- permitir a frequência de Jardim de Infância, incentivando-a à autonomia, à aceitação das regras e rotinas, o respeito por si e pelos outros.

Análise de Conteúdo

A análise de conteúdo à informação recolhida na entrevista à psicóloga, sobre a situação da Maria Flor, no momento da entrada na instituição, pode ser sintetizada em quatro categorias: motivo de entrada na IA; desenvolvimento da criança; manifestações sócio-afetivas; e condições de vida e relações familiares, escolares e sociais (Tabela 1).

A categoria “motivo de entrada na instituição”, reúne a informação sobre quais os motivos pelos quais a Maria Flor foi institucionalizada. Através da análise da entrevista à Psicóloga verificámos que a criança foi acolhida por motivos de negligência e de maus-tratos pela família biológica.

Na categoria “desenvolvimento da criança” podemos observar que a criança, aos dois anos e meio de idade, apresentava um ligeiro atraso de desenvolvimento, ao nível de competências de audição, fala e linguagem, assim como, autonomia pessoal e social.

“Quando integrou este Centro (...) esta criança possuía um repertório escasso de palavras, não construía frases, revelava muitas dificuldades em expressar os seus desejos e grande inibição em comunicar, devido à interferência de fatores emocionais. Era uma criança pouco autónoma, necessitando de muita ajuda na alimentação, no vestir/despir e nas tarefas de higiene pessoal, como o lavar/secar as mãos e não controlava os esfíncteres.”

Tabela 1

Descrição da situação da Maria Flor no momento da institucionalização, segundo a perspetiva da Psicóloga.

Categorias	Unidades de registro
Motivo de entrada na Instituição	<ul style="list-style-type: none">• Negligência• Maus-tratos e violência doméstica• Situação de perigo eminente
Desenvolvimento da criança	<ul style="list-style-type: none">• Atraso no desenvolvimento, ao nível das competências da audição, fala, linguagem e autonomia pessoal e social• Dificuldade em expressar os seus desejos• Inibição em comunicar
Manifestações sócio-afetivas	<ul style="list-style-type: none">• Forte instabilidade emocional• Sensibilidade extrema, choro e inibição comportamental• Dificuldades no estabelecimento de relações sociais• Falta de Espontaneidade• Medo e ansiedade
Condições de vida e relações familiares, escolares e sociais	<ul style="list-style-type: none">• Episódios de violência doméstica recorrentes por parte do progenitor• Falta de condições para cuidar das filhas, do ponto de vista monetário e habitacional• Relacionamento bastante disfuncional

A categoria “manifestações sócio-afetivas”, reúne a informação sobre estas expressões comportamentais. A criança revelava uma elevada instabilidade emocional, nomeadamente através de alterações de humor, sensibilidade extrema, choro e inibição comportamental, dificuldade no estabelecimento de relações sociais, falta de espontaneidade, medo e ansiedade.

“A criança revelava uma forte instabilidade emocional que se manifestava através de variações súbitas de humor, sensibilidade extrema, choro e inibição comportamental. Revelava também dificuldades no estabelecimento de relações sociais, sobretudo com os adultos cuidadores nos quais não era capaz de confiar. Para além disso, era uma criança muito insegura, passiva, pouco espontânea, medrosa e ansiosa, parecendo estar em estado de alerta permanente, observando atentamente o mundo à sua volta e as expressões faciais dos outros. Observámos, por exemplo, que a criança tapava frequentemente os ouvidos, tanto perante sons mais altos, como em situações em que não queria colaborar, emitindo gritos e revelando muitas dificuldades em se restabelecer e voltar a participar. Perante novos ambientes, transições nas rotinas ou simplesmente num passeio no exterior reagia de forma muito negativa, manifestando-se muito retraída, tensa e assustada, recuando e tentando evitar o contacto social. Em termos da afetividade, não procurava o contacto afetivo e perante as manifestações afetivas (toque físico, abraços), ou se recusava, ou então se retraía e parecia sentir-se desconfortável”.

A categoria “condições de vida e relações familiares, escolares e sociais”, é reveladora de que a progenitora não possuía condições para cuidar das filhas, para além de se encontrar num relacionamento altamente disfuncional e hostil.

“Estas crianças terão vivido no agregado dos pais desde que nasceram até à separação dos mesmos (cerca de um mês antes do acolhimento) tendo esta relação sido pautada por episódios de violência doméstica recorrentes por parte do progenitor. Estas agressões tinham lugar essencialmente quando o progenitor ingeria bebidas alcoólicas, o que acontecia frequentemente. De acordo com o relato da progenitora, o progenitor também maltratava a menor. A progenitora não possuía condições para cuidar das filhas, nomeadamente ao nível habitacional e de rendimentos. Em termos das relações familiares, existia um relacionamento bastante disfuncional, onde os conflitos e agressões faziam parte do quotidiano”.

Na Tabela 2 apresentamos a descrição da situação da Maria Flor, após a sua entrada no Centro de Acolhimento, segundo a perspectiva da Psicóloga. A análise de conteúdo permitiu-nos identificar sete categorias que passamos a apresentar.

A categoria “contacto com a família após a entrada na Instituição”, reúne a informação sobre qual o tipo e periodicidade do contato que a criança tinha depois da sua institucionalização. Podemos verificar que a criança mantém contato, apenas, com a família biológica, através das visitas impostas

por ordem judicial decretada por Tribunal competente. Mesmo assim, estas resumem-se a uma visita semanal por parte da progenitora, com a duração de uma hora, enquanto que o progenitor apenas efetuou duas visitas ao longo de todo o tempo.

A categoria “expressões de privação de afeto em relação aos pais”, reúne informação sobre, que manifestações a criança apresenta que possam indiciar ausência de vinculação afetiva para com os progenitores, ao mesmo tempo, que não procura o contacto afetivo. Diz respeito, ainda, à descrição dos sentimentos que manifesta em relação aos seus pais.

“A criança manifesta indícios da ausência de vinculação afetiva para com a progenitora, recusando-se a permanecer com ela na sala de visitas, não procura o contacto afetivo com esta e revela uma atitude de desconfiança na sua presença. O progenitor desde que a menina integrou o CAT não manteve contacto. Este abandono traduz uma total desvinculação/quebra dos vínculos deste pai”.

Tabela 2

Descrição da situação da Maria Flor depois de entrar na Instituição na perspectiva da Psicóloga.

Categorias	Unidades de Registo
Contato com a família após entrada na instituição	<ul style="list-style-type: none">• Visitas do progenitor (duas no total)• Visitas da progenitora: uma por semana (duração 1h)

Expressões de privação de afeto em relação aos pais	<ul style="list-style-type: none">• Indícios da ausência de vinculação afetiva• Não procura o contato afetivo• Atitude de desconfiança• Continua a rejeitar um contacto mais próximo com a progenitora
Consequências da privação de afeto	<ul style="list-style-type: none">• Privada de afeto e estimulação adequada• Comprometimento na evolução do seu desenvolvimento e aprendizagens
Plano de Intervenção	<ul style="list-style-type: none">• Elaboração de um plano de intervenção que visa estimular as áreas de competência deficitárias• Estabelecimento de rotinas diárias e regras• Promove-se a afetividade e o estabelecimento de relações de confiança com os adultos cuidadores• Desenvolvimento de vínculos afetivos gratificantes e securizantes entre a criança e os cuidadores• Procuramos proporcionar-lhe a base de segurança que necessita• Incentivo na participação nas tarefas• Reforçando positivamente os seus progressos e elogiando-a com frequência

	<ul style="list-style-type: none">• Atitude calma e de muita persistência e coerência
Resultados e balanço da intervenção	<ul style="list-style-type: none">• Evolução favorável em termos de adaptação• Progressos significativos em termos da socialização• Alcançou o controlo dos esfíncteres diurno• Recuperação da sua autoconfiança• Vínculos com os funcionários da Instituição
Receios em relação ao futuro	<ul style="list-style-type: none">• Confiança nos adultos• Receio de maus-tratos• Cada relação estabelecida é uma conquista difícil
Transição e alternativas para o Futuro	<ul style="list-style-type: none">• A adoção é uma alternativa necessária quando a família biológica não tem condições• A adoção é uma alternativa positiva e viável para a Maria Flor

Ainda, nesta categoria, reunimos a informação sobre os sentimentos que a criança apresenta sobre os seus pais, após a sua institucionalização. Pelo que observámos neste caso, a criança continua a rejeitar um contacto mais próximo com a progenitora, constituindo somente os cumprimentos iniciais, o que

ocorre, segundo alguns autores, devido às suas memórias negativas da família biológica.

“A criança continua a rejeitar um contacto mais próximo com a progenitora, dando-lhe por vezes apenas um beijinho no cumprimento inicial, se incentivada pelos funcionários. As suas memórias com a família biológica são muito negativas, pois os pais nunca foram figuras protetoras.”

A categoria “consequências da privação de afeto”, reúne a informação da psicóloga sobre quais as consequências desta ausência de afetos no desenvolvimento cognitivo e de aprendizagem da criança. De acordo com a psicóloga, a criança, ao ser privada de afeto e de estimulação adequada, desenvolveu um sentimento de falta de confiança, o que pode representa um atraso no seu desenvolvimento, ou mesmo um comprometimento na evolução desse desenvolvimento.

“Esta criança foi privada de afeto e estimulação adequada o que conduziu a que crescesse sem o sentimento primário de confiança básica, comprometendo a evolução do seu desenvolvimento e aprendizagens. Tal levou às suas dificuldades atuais na expressão do afetos, sentimentos de tristeza e ansiedade, bem como a uma baixa autoestima, que impedem a criança de tirar prazer da interação com os outros. Ao ficar privada de afeto, a criança fica em grande sofrimento emocional e então surge a perturbação psíquica e desequilíbrio na estruturação da sua personalidade em construção.”

A categoria “plano de Intervenção”, reúne a informação sobre quais são as ações concretizadas na instituição para que a criança possa ultrapassar a falta de afeto e as consequências dessa ausência. Observámos que a instituição elaborou um plano de intervenção que teve como objetivo estimular as áreas de competência que estejam deficitárias. Igualmente, o realizar de rotinas diárias e regras, ajuda a criança a estruturar-se. Promove-se a afetividade e as relações de confiança com os adultos cuidadores, para que a sua confiança e segurança sejam novamente restabelecidas.

“...após uma avaliação...é elaborado um plano de intervenção que visa estimular as áreas de competência deficitárias. Por um lado, o estabelecimento de rotinas diárias e regras, ajuda a criança a estruturar-se e a experienciar a previsibilidade e estabilidade do ambiente, proporcionando-lhe sentimentos de bem-estar. Por outro lado, promove-se a afetividade e o estabelecimento de relações de confiança com os adultos cuidadores, com o objetivo de que a criança seja capaz de se sentir segura. Para além disso, são definidas atividades em contexto institucional dirigidas a estimular áreas específicas e é realizado o encaminhamento da situação-caso para a Equipa de Intervenção Precoce, para que a criança possa beneficiar de apoio especializado individualizado. Neste caso, a criança foi encaminhada para a Educadora da Intervenção Precoce que se deslocava ao ambiente natural (Centro de Acolhimento) para a estimular.”

A categoria “resultados e balanço da intervenção”, reúne a informação sobre a identificação dos principais resultados da intervenção realizada pela instituição, com vista ao sucesso do desenvolvimento da criança. Assim, observámos que o balanço final foi bastante positivo, pois a criança evoluiu de forma progressiva e favorável em termos de adaptação, socialização, interação com os pares, e participação nas atividades pedagógicas. Sentiu-se igualmente, uma alteração positiva em termos da sua autoconfiança e autonomia, sentimentos próprios de uma criança desta idade.

“O balanço é bastante positivo pois a criança tem vindo a evoluir favoravelmente encontrando-se bem adaptada à Instituição (CAT) e Jardim de Infância. Apresenta progressos significativos em termos da socialização, interagindo com o grupo de pares, participando nas atividades pedagógicas e revelando uma maior satisfação nas brincadeiras. Ao nível da autonomia, já alcançou o controlo dos esfíncteres diurno, já tenta vestir-se e despir-se e participa na higiene, apreciando e colaborando mais ativamente nas rotinas de higiene e alimentação. Assim, a criança tem vindo a recuperar a sua autoconfiança e atualmente é uma criança mais alegre e bem-humorada, pese embora ainda revelar alguma inibição e insegurança, sobretudo em situações/ambientes estranhos ou perante pessoas desconhecidas.”

Relativamente ao balanço das atividades desenvolvidas na instituição observámos que, apesar de não ser possível substituir os sentimentos, a prioridade é a implementação de estratégias que proporcionem o desenvolvimento de novos vínculos afetivos que sejam gratificantes para a criança e os seus cuidadores, proporcionando uma importante base de segurança.

“Temos que ter a noção que por melhor trabalho que façamos não nos é possível substituir os laços desenvolvidos numa família e a criança fica temporariamente na Instituição até concretizar o seu projeto de vida. No entanto, ao termos como prioridade o desenvolvimento de vínculos afetivos gratificantes e securizantes entre a criança e os cuidadores, tentamos proporcionar-lhe a base de segurança que necessita, para poder voltar a explorar o mundo e desenvolver-se de forma salutar. (...) A criança tem estabelecido vínculos com os funcionários da Instituição, apesar de não apresentar, claramente, uma preferência por um adulto em especial”

A categoria “receios em relação ao futuro”, reúne a informação sobre quais os principais sentimentos e receios em relação ao futuro. Pelo que nos foi dito, a barreira mais evidente é, e poderá continuar a ser, a sua dificuldade em confiar nos adultos, com receio de maus-tratos e atos de violência.

“Possivelmente, no futuro, será para ela sempre difícil confiar nos adultos e sentir que estes a podem proteger, receando que a possam magoar, maltratar, zangar-se pois, durante os seus primeiros dois

anos de vida, aprendeu que não se pode confiar e que algo mau lhe pode acontecer sem que possa prever. Por isso, cada relação estabelecida é uma conquista difícil mas possível, e os progressos que tem revelado, são um claro sinal de que poderá recuperar e construir uma personalidade equilibrada.”

A categoria “transição e alternativas para o futuro”, reúne informação sobre opções futuras para a criança institucionalizada, concluído o processo de acolhimento transitório temporário. Nesta categoria analisa-se se a adoção é uma alternativa positiva para a criança institucionalizada, em particular para a Maria Flor. Pelo que recolhemos, segundo a opinião Psicóloga, a adoção é considerada, sempre, uma alternativa positiva, na medida em que a família biológica é altamente disfuncional e não possui condições de sustentabilidade.

“A adoção é sempre uma alternativa positiva quando a família biológica é muito disfuncional e não possui condições em vários níveis (económico, habitacional, emprego, apresentando outros fatores de risco associados que acarretam um défice das competências parentais e capacidade de organização da sua vida pessoal, inviabilizando que a criança possa regressar em segurança. São famílias cujos vínculos afetivos estabelecidos com as crianças são muito precários, inseguros ou até mesmo inexistentes e que não apresentam capacidades de adaptação e/ou mudanças no seu estilo de vida. O Projeto de Vida de Adoção só é ponderado, após concluir-se que não existem hipóteses alternativas de sucesso de integração da

criança na família alargada, neste caso, é este o Projeto de Vida já definido pela Equipe Técnica para esta menor.”

“Sem dúvida que para esta criança a adoção será uma alternativa positiva e viável, pois a criança necessita urgentemente de construir laços afetivos seguros e duradouros com figuras de referência significativas, ou seja ter uns “pais para sempre”.

Na Tabela 3 apresentamos a informação recolhida na entrevista à psicóloga sobre o papel da institucionalização na vinculação e no desenvolvimento da Maria Flor. A análise de conteúdo permitiu-nos criar três categorias: papel do ambiente institucional; promoção da autonomia e heteronomia moral e social; e (in)cumprimento de tarefas, recompensas e sanções.

A categoria “papel do ambiente institucional”, reúne a informação recolhida sobre o papel do ambiente institucional na adaptação e desenvolvimento desta criança. Observamos que este deve ser facilitador e impulsionador do desenvolvimento da criança, nomeadamente, ao nível das competências cognitivas e sociais.

“Penso que o ambiente escolar é um facilitador e impulsionador do desenvolvimento da criança, permitindo desenvolver as suas competências cognitivas e sociais. O brincar neste contexto é muito importante para a realização de novas aprendizagens e descobertas e para a criança adquirir sentimentos de pertença ao grupo, de partilha

com o outro e de empatia, assim como na aprendizagem de alguns valores morais.”

Tabela 3

Papel da institucionalização na vinculação e no desenvolvimento da Maria Flor, segundo a perspectiva da Psicóloga.

Categorias	Unidades de Registro
Papel do ambiente institucional	<ul style="list-style-type: none">• Ambiente facilitador e impulsionador do desenvolvimento da criança• Importância do brincar e da partilha com o outro
Promoção da autonomia e heteronomia moral e social	<ul style="list-style-type: none">• Incentivo da autonomia progressiva da criança• Ensino de valores morais
(In)cumprimento de tarefas, recompensas e sanções	<ul style="list-style-type: none">• Benefício de recompensas, como um doce do seu agrado• Ir passear/às compras, sozinha com o adulto, escolher uma atividade especial

A categoria “promoção da autonomia e heteronomia moral e social” agrupa a informação sobre as principais atividades desenvolvidas na IA para o desenvolvimento da autonomia e da heteronomia da criança. Pelo que observamos a instituição estimula a autonomia da criança, tendo em conta a

sua idade e situação psicológica. Transmite, igualmente, os valores morais nomeadamente o respeito pelo outro e o viver em sociedade.

“A Instituição incentiva a autonomia progressiva da criança, por exemplo, as crianças de acordo com a sua idade e nível de desenvolvimento ajudam nas rotinas e tarefas diárias, como o por/levantar a mesa, comer sozinha, ajudar a lavar-se no banho, levar a roupa suja para a cesta, arrumar os brinquedos/mochila ou pedir-lhe pequenos recados. Tenta-se também ensinar-lhe alguns valores morais que a ajudem a viver em sociedade e a respeitar os outros.”

A categoria “(in)cumprimento de tarefas, recompensa e sanções”, agrega a informação sobre a forma como os comportamentos ajustados são valorizados e os contrários são repreendidos. As crianças, quando cumprem as regras e as tarefas podem beneficiar de recompensas e, pelo contrário, quando não cumprem, podem sofrer uma sanção, em particular a reflexão sobre o comportamento que demonstraram.

“As crianças, em situações específicas de cumprimento de regras/tarefas, e tendo sempre em conta a sua faixa etária, poderão beneficiar de recompensas, como um doce do seu agrado ou ir passear/às compras sozinha com o adulto, escolher uma atividade especial, etc. Quando a criança não cumpre determinadas regras e, dependendo da situação, poderá por exemplo, permanecer durante um período de tempo sentada a refletir sobre o seu comportamento ou

ficar privada de uma atividade ou privilégio. Quando se tenta que a criança cumpra as regras, é essencial existir firmeza e coerência, para que a criança sinta que é importante que colabore e se sinta valorizada por ser capaz, aumentando os seus sentimentos de autoconfiança e a tolerância à frustração e alcançando uma melhor gestão das suas próprias emoções.”

Concluída a análise de conteúdo das respostas apresentadas pela Psicóloga, passamos a apresentar a análise efetuada sobre a informação recolhida através da entrevista à Educadora de Apoio.

Na Tabela 4 apresentamos uma síntese da análise efetuada à informação, na perspetiva da Educadora de Apoio, sobre o comportamento e desenvolvimento da Maria Flor. A análise de conteúdo permitiu-nos identificar sete categorias: comportamentos e atitudes da criança; dificuldades identificadas na criança; intervenção planeada pela educadora de apoio; antecedentes vivenciados e seus comprometimentos; envolvimento nas atividades; mudanças observadas, transição e alternativas para o futuro.

A categoria “comportamento e atitudes da criança” reúne a informação sobre os comportamentos e atitudes que a Maria Flor manifestou perante a intervenção da educadora de apoio. Segundo esta técnica, a Maria Flor expressa medo e insegurança, perante a nova situação com adultos desconhecidos.

“A criança reagiu com insegurança e demonstrou ter medo de enfrentar situações novas, neste caso de enfrentar um novo contacto social”.

Tabela 4

Caracterização do comportamento e desenvolvimento da Maria Flor, segundo a perspectiva da educadora de apoio.

Categorias	Unidades de Registo
Comportamento e atitudes da criança	<ul style="list-style-type: none">• Medo e insegurança
Dificuldades identificadas na criança	<ul style="list-style-type: none">• Na área da socialização• Na interação com o adulto• Dificuldade em se relacionar /comunicar com estranhos
Intervenção planeada pela educadora de apoio	<ul style="list-style-type: none">• Relação de confiança com base nos afetos• Ultrapassar a insegurança excessiva• Interação em pequenos grupos• Terapias psicológica e intervenção médica• A intervenção pedagógica segue um plano elaborado em equipa

Antecedentes vivenciados e seus comprometimentos	<ul style="list-style-type: none">• Será afetada no estabelecimento dos relacionamentos• Acrescimento de sentimento de insegurança
Envolvimento nas atividades	<ul style="list-style-type: none">• Dificuldade em participar em atividades não-formais
Mudanças observadas	<ul style="list-style-type: none">• Foi vencendo a sua insegurança em relação ao adulto• Maior desinibição
Transição e alternativas para o futuro	<ul style="list-style-type: none">• A decorrer o processo de adoção• Alternativa positiva com a possibilidade de crescer no seio de uma família

A categoria “dificuldades identificadas na criança” reúne a informação sobre as dificuldades identificadas pela Educadora de Apoio da Maria Flor, que se contextualizam na área da socialização, interação e comunicação com o adulto e com estranhos.

“Principais dificuldades na área da socialização, mais especificamente no relacionamento e interação com o adulto. Dificuldade em se relacionar e comunicar com estranhos. O mesmo não acontecia em relação às crianças, com as quais se relacionava mais facilmente. A par destas dificuldades demonstrava um

desenvolvimento global não condicente com a sua faixa etária e um acentuado atraso na linguagem o que se traduzia em sérias limitações na capacidade de comunicação verbal.”

A categoria, “intervenção planejada pela educadora de apoio”, agrupa a informação sobre as estratégias/atividades desenvolvidas pela educadora de apoio, que contribuíram para minimizar as dificuldades desta criança, no início da institucionalização. Segundo a educadora deve-se, essencialmente, estabelecer uma relação de confiança, que tenha como base os afetos, e ajudar a criança a ultrapassar a sua insegurança excessiva.

“Tentar estabelecer uma relação de confiança com base nos afetos, considero que foi fundamental para ajudar esta criança a ultrapassar a insegurança excessiva que esta demonstrou desde o início. As estratégias consistiram em intervir recorrendo a outros elementos com os quais esta criança já tinha estabelecido contacto, ou seja, trabalhar em interação em pequenos grupos. Posteriormente, estabelecida uma certa relação de confiança entre nós, passámos à integração gradual em Jardim de Infância”.

Nesta categoria considerámos, ainda, a informação sobre as características do plano implementado. Segundo a educadora de apoio, a intervenção pedagógica para a Maria Flor seguia o plano elaborado em equipa, em que a sua prioridade era a socialização da criança e a minimização dos défices manifestados.

“São implementados programas que visam levar a cabo ações concertadas entre técnicos de várias áreas nas quais se considere ser necessário intervir, nomeadamente terapias, psicologia, se necessário medicina e obviamente a família ou seus substitutos como protagonistas no sucesso ensino /aprendizagem. A intervenção pedagógica segue um plano elaborado em equipa, o qual projeta os seus objetivos em função das necessidades específicas da criança. Neste caso, visava prioritariamente a socialização progressiva desta criança na emergência de minorar os défices manifestados.”

A categoria, “antecedentes vivenciados e seus comprometimentos”, reúne a informação sobre as consequências decorrentes das experiências vivenciadas pela Maria Flor. Segundo a educadora de apoio o comprometimento ao nível do relacionamento com os adultos, é o mais significativo.

“Tendo em conta as informações fornecidas e relativas aos seus antecedentes, considero que a permanência na família seria de todo mais penalizadora no desenvolvimento desta criança. Contudo, a criança não entenderá porque foi retirada do seu ambiente natural e possivelmente o choque desta alteração drástica na sua vida terá repercussões ao nível dos relacionamentos, neste caso revelando-se no acentuar de sentimentos de insegurança.”

Relativamente à influência que as vivências da criança na sua família biológica podem afetar as suas aprendizagens, assim como, a sua socialização, a educadora de apoio é da opinião que a inexistente ligação afetiva entre a criança e a família conduz, tendencialmente, a um aumento do sentimento de insegurança por parte da criança institucionalizada, nomeadamente da Maria Flor.

“...dadas as características desta família, com um historial de negligência associado, com certeza que as vivências na família biológica levarão no mínimo a um acréscimo do sentimento de insegurança”.

A categoria “envolvimento nas atividades” reúne a informação sobre a forma como a Maria Flor participa (ou não), de forma ativa, nas atividades formais e não-formais. De acordo com a informação recolhida, Maria Flor demonstra alguma dificuldade de participação nas atividades não-formais.

“A criança participa nas atividades formais que se adequem ao seu nível de desenvolvimento e tem mais dificuldade em participar em atividades não formais como por exemplo, o brincar.”

A categoria “mudanças observadas” permitiu-nos verificar que a criança foi vencendo a excessiva insegurança que sentia em relação aos adultos, tornando-se cada vez mais desinibida.

“A criança foi aos poucos vencendo a excessiva insegurança que sentia em relação ao adulto que sentia quando exposta a novas

situações e/ou espaços. A pouco a pouco foi-se mostrando mais desinibida mais aberta aos relacionamentos aceitando mais facilmente a troca de afetos.”

A categoria “transição e alternativas para o futuro”, à semelhança do que mencionámos na análise de conteúdo à informação que recolhemos junto da psicóloga, reúne informação sobre que perspetivas de futuro envolvem a Maria Flor, concluído o processo de acolhimento transitório temporário. A adoção é apontada, mais uma vez, como uma alternativa positiva para o projeto de vida de crianças como a Maria Flor, uma vez que pode proporcionar-lhe crescer num ambiente saudável e equilibrado.

“Está a decorrer o processo de adoção seguindo as etapas normais”. “Penso que a adoção dará a esta criança a possibilidade de crescer e de se desenvolver no seio de uma família a qual lhe poderá oferecer a estabilidade que não encontrará na sua família biológica.”

De destacar que, no momento em que apresentamos a presente publicação, a Maria Flor já concluiu o processo de adoção, fazendo parte de uma nova família.

Na Tabela 5 apresentamos a síntese da análise de conteúdo efetuada à informação recolhida junto da Educadora de Apoio, sobre o processo de socialização da Maria Flor no contexto da IA. A análise efetuada conduziu-nos

a quatro categorias: relação da criança com os atores do meio institucional; antecedentes e competências sociais da criança; modelos da criança vítima de maus-tratos; e ferramentas da criança para a interação social.

Tabela 5

Caracterização do comportamento da Maria Flor em processo de interação com os outros no ambiente institucional, segundo a educadora de apoio

Categorias	Unidades de Registo
Relação da criança com os atores do meio institucional	Relação coerente com as características da criança Relação com os colegas de grupo positiva e coerente Relação positiva com os auxiliares
Antecedentes e competências sociais da criança	Competências seriamente comprometidas antes da institucionalização, Representações mentais comprometidas Dificuldades ao nível de competências sociais
Modelos da criança vítima de maus-tratos	Tem relação, são construídos modelos representacionais negativos
Ferramentas da criança para a	Atividades de rotina

interação social	Atividades que se baseiam no mútuo respeito, cordialidade e afetividade.
------------------	--

A categoria “relação da criança com os atores do meio institucional”, complementa a informação apresentada, neste domínio, pela outra entrevistada. No início da institucionalização, a Maria Flor apresentava um sentimento de insegurança e aos poucos estas dificuldades foram sendo ultrapassadas, estabelecendo-se relações de confiança e afeto com a Educadora de Apoio, com os colegas e com os restantes funcionários e auxiliares.

“No início a relação da criança com a educadora de educação especial foi coerente com as características da mesma (criança), ou seja, a insegurança perante o adulto. Aos poucos essas dificuldades foram ultrapassadas e estabeleceu-se uma relação de confiança e de afeto. A relação com os colegas do seu grupo foi positiva o que revela também a coerência entre esta reação e a característica já referida acerca da facilidade da criança em se relacionar com os pares mais próximos da sua idade, ou seja, outras crianças. A relação com o pessoal auxiliar foi positiva pois a criança já conhecia as auxiliares.”

A categoria “antecedentes e competências sociais da criança” reúne a informação de que competências sociais da Maria Flor estariam comprometidas antes da sua institucionalização, assim como, as suas representações mentais.

“As competências sociais desta criança estavam seriamente comprometidas à data em que foi retirada aos pais e revelavam-se por uma excessiva insegurança em relação ao adulto e por constantes manifestações de pânico perante o desconhecido. Certamente que as representações mentais desta criança em relação às figuras parentais estão relacionadas com as suas dificuldades ao nível das competências sociais.”

Nesta categoria reunimos, ainda, informação sobre que os maus-tratos emocionais e psicológicos tiveram consequências ao nível das competências sociais, nomeadamente, na interação e comunicação.

“Através da insegurança, medo perante o desconhecido, dificuldade em comunicar em interagir, em corresponder em manifestações de afeto, em brincar: atraso global de desenvolvimento.”

A categoria “modelos da criança vítima de maus-tratos” reúne a informação sobre as consequências em termos de aprendizagem por modelação de experiências vividas em ambientes familiares disfuncionais e vítimas de maus-tratos.

“...A criança que cresce no seio de uma família cuja disciplina e cujos afetos constituam exemplos negativos, no seu dia a dia, vai construindo modelos representacionais que têm alicerces nas suas vivências”.

A categoria “ferramentas da criança para a interação social” reúne a informação sobre as competências sociais da criança pensadas como ferramenta para o seu desenvolvimento. Observámos que todas as ações desenvolvidas baseiam-se essencialmente, no respeito, cordialidade e afetividades mútuas.

“Penso que todas as ações, desde as mais elementares (aquelas que se repetem ao longo do dia, de rotina), até aquelas mais programadas num contexto formal de aprendizagem, devem basear-se no mútuo respeito, na cordialidade e afetividade nas relações. A atenção que o adulto dedica à criança de forma consciente, a firmeza e a disciplina aliada à reciprocidade no respeito e nos afetos são ingredientes bastantes para que esta construa os seus modelos e adquira as competências sociais que passará a exibir de forma adequada aos contextos.”

Discussão

Realizada a análise de dados, passamos à discussão dos pontos de alinhamento e de diferenciação que encontrámos, quando comparamos o mencionado na revisão da literatura com as informações recolhidas nas entrevistas realizadas à psicóloga e à educadora de apoio, de modo a obtermos resposta para a questão de investigação.

Perante a situação de negligência e de maus tratos a que a Maria Flor esteve sujeita, tornou-se imperioso intervir e proporcionar-lhe condições, que

contribuíssem favoravelmente para o seu desenvolvimento e permitissem uma maior confiança nos outros e em si mesma. O seu desenvolvimento global apresentava comprometimentos, nomeadamente ao nível da comunicação e da compreensão com implicações em outras áreas (e.g., socialização, controlo emocional). A sua instabilidade emocional, o medo e a ansiedade refletiam-se nas suas relações com o outro. A existência frequente de violência doméstica, associada à falta de condições habitacionais e financeiras, assim como, a disfunção conjugal dos progenitores promoviam, cada vez mais, situações que colocavam em risco / perigo, a pequena Maria Flor e a sua irmã mais nova. Neste sentido, as entidades competentes julgaram ser necessária a intervenção de entidade externa à família que pudesse promover o seu bem-estar e satisfizesse a necessidade de um lar securizante. A opção recaiu sobre um Centro de Acolhimento Temporário. A necessidade de intervenção justificou-se, tal como refere Magalhães (2002, 2010), porque os maus-tratos ocorridos no seio da família são os de pior consequência para as crianças, uma vez que, predispõem uma quebra profunda da confiança da criança e uma perda de segurança em casa, o que constitui uma ameaça, considerável, ao seu desenvolvimento.

Ao chegar à instituição, a Maria Flor, demonstrava ausência de vinculação afetiva, não procurava o contacto afetivo e nela transparecia a sua desconfiança em relação aos outros. A falta de afeto ou de ligação aos seus cuidadores, assim como, uma estimulação adequada estava também a privá-la de realizar aprendizagens significativas, quer ao nível cognitivo quer ao nível emocional. Como refere Vigotsky (1984) as competências são resultado das

vivências e das experiências vividas pelas crianças, associada à assimilação e à acomodação de conteúdos já existentes. Revelava-se, perante este cenário a necessidade de elaborar um plano de intervenção, tendo como base as características e necessidades que envolviam Maria Flor.

O plano de intervenção foi definido a partir das necessidades e prioridades identificadas, de modo a contribuir para o início de um novo capítulo na vida de Maria Flor. O carinho dos adultos que a receberam e a aproximação gradual das outras crianças da instituição, inicialmente com crianças do CAT e, posteriormente, com interações, em grupos de pequena dimensão, , antecederam a integração numa sala de jardim-de-infância. Estas etapas refletem a adoção de uma estratégia de socialização pensada e consistente de aproximação da criança institucionalizada aos outros, por via da inclusão gradual a grupos de maior dimensão e com características mais diversas, complexas e heterogéneas.

Proporcionar um ambiente rico em afetos e alicerçado na confiança, exigiu, por parte das técnicas, um investimento estruturado, empenhado e comprometido com introdução, promoção e desenvolvimento de rotinas diárias, as quais contribuíram, de modo relevante, para que a Maria Flor viesse a manifestar mudanças significativas nas suas atitudes, bem como, a permitir a aquisição de novas aprendizagens. Um ambiente securizante, saudável e com abundante envolvimento por parte dos adultos, revelou-se um meio e recurso facilitador da evolução e do crescimento desta criança. A Maria Flor, adaptou-se a novas situações e contextos, ao redirecionar o seu processo de socialização, para novas conquistas ao nível físico e para a melhoria da sua

autoconfiança. “A sensação de se ser gostado, amado, fomenta a segurança. A segurança promove a autonomia. A autonomia promove o gosto de descobrir, conhecer. Conhecer favorece o desejo de crescer, pensar, sonhar, criar. Não ser gostado implica insegurança. Insegurança leva a maior dependência emocional. Esta fomenta a regressão, o desejo de involuir, estagnar, ou então, o medo de conhecer, o desejo de ignorar, esquecer ou, em último caso destruir” (Strecht, 1999, p. 211-212).

Embora tenha demonstrado, durante um longo período da sua institucionalização, um sentimento negativo em relação aos pais biológicos e alguns receios em relação ao futuro, como uma certa falta de confiança no adulto e medo de que se repetissem episódios idênticos aos anteriormente vivenciados, a Maria Flor passou, progressivamente, a demonstrar vínculos com elementos da equipa da instituição. Esta evidência vem reforçar a concepção que as crianças institucionalizadas durante longo período de tempo apresentam fortes relações com as diversas pessoas da instituição que as acolheu, acabando por tornar essas pessoas como referências familiares (Cavalcante, Magalhães & Pontes, 2007).

Estes vínculos, ou estas relações de afeto vão permitir, aos poucos, o aumento da sua estabilidade emocional, da sua autoconfiança, da sua autoestima e, por conseguinte, contribuir para o seu desenvolvimento e aprendizagem, adquirindo níveis de progressão normativos para a sua idade. Como refere a Educadora de Apoio, *“A criança que cresce no seio de uma família cuja disciplina e cujos afetos constituam exemplos negativos, no seu dia-a-dia, esta vai construindo modelos representacionais que têm alicerces*

nas suas vivências”. Logo, regressar à família, neste caso específico, representaria um retrocesso na vida desta criança, uma vez que reanalisada a estrutura familiar, verificou-se que a alternativa mais adequada seria a adoção, quer para a Maria Flor quer para a sua irmã. Esta opção é uma forma diferenciada de perfilhação que procura a construção de vínculos familiares através da lei, com a finalidade principal de legitimar uma relação social, obviamente com implicações que incluem todos os riscos inerentes de uma qualquer filiação constituída de forma biológica (Souza & Próchno, 2010).

Neste caso concreto, a instituição apenas proporcionou vantagens na vida da Maria Flor, pois funcionou como um ambiente “facilitador e impulsionador” do seu desenvolvimento, permitindo-lhe brincar e partilhar com as outras crianças, incentivando-a à autonomia e transmitindo-lhe valores morais. Valorizou-a e recompensou-a de forma a que ela pudesse encarar o seu dia-a-dia com entusiasmo, alegria e bem-estar. Reforçou-se, deste modo, e em concordância com a convicção de Marin (1999) de que a institucionalização representa uma oportunidade positiva para a criança, bem como, para o seu desenvolvimento mental e psíquico. A criança encontra na Instituição de Acolhimento, os limites para a aquisição da sua própria identidade e coloca-a como sujeito ativo.

É pertinente salientar que os programas que a instituição apresenta para a autonomia das crianças, nomeadamente, as crianças institucionalizadas e fora do seu ambiente familiar, estão alicerçados em competências principais dos profissionais envolvidos, os Educadores de Infância. Ao nível moral e social, são transmitidos à criança valores importantes para o seu percurso de vida

futura. São os Educadores de Infância, de modo particular, os responsáveis por essa transmissão, crucial para o desenvolvimento da criança. Tal como referem Siqueira e Dell' Aglio (2006) a Instituição de Acolhimento representa um abrigo específico, local onde é efetuado um conjunto de atividades, funções e interações e, igualmente, um local para o desenvolvimento de relações recíprocas de equilíbrio, poder e afeto.

O jardim-de-infância, enquanto comunidade educativa, representa segundo Proença (2004), um local com uma ação estruturada que inclui um conjunto de propostas que permitem à criança desenvolver as suas capacidades cognitivas, físicas e psíquicas. Neste contexto, a análise de dados das entrevistas demonstra, efetivamente, esse aspecto, quando a educadora de apoio afirma que as ações de rotina têm como base principal o respeito, a cordialidade e a afetividade nas relações. Estas facetas bem como a atenção que é dedicada à criança; a firmeza da disciplina associada à reciprocidade e respeito; e a expressão de afeto nas mais diversas circunstâncias e pelos mais variados motivos, correspondem aos “ingredientes” básicos para que a criança institucionalizada possa construir os seus modelos e adquirir competências sociais, que utilizará de forma adequada e no futuro noutros contextos.

É importante salientar, que a relação pedagógica do educador tendo por base um processo dinâmico e interpessoal com a criança, é constituído por uma interligação de três pontos fundamentais: a criança, a educadora e o meio. Esta dinâmica pedagógica permite que os educadores estabeleçam uma partilha de pontos de vista e que organizem de forma colaborativa, reflexões sobre as ações educativas executadas e a incrementar. No mesmo sentido, a evidência

que a criança deste estudo apresentou, mudanças significativas ao nível de socialização, uma vez que, venceu a excessiva insegurança que apresentava em relação aos adultos, vai ao encontro das ideias preconizadas por Cavalcante, Magalhães e Pontes (2007), quando reiteram que as crianças institucionalizadas apresentam, no decurso da sua institucionalização, fortes relações com as diversas pessoas da instituição, acabando por se tornarem referências familiares. Desta forma, segundo os mesmos autores, as instituições de acolhimento apresentam uma série de vantagens, nomeadamente, na promoção do acolhimento e segurança, necessários para o desenvolvimento da criança.

O ambiente escolar exerce, igualmente, um importante papel no desenvolvimento da criança, na medida em que é facilitador e impulsionador de competências cognitivas e sociais. Estes fatores vão ao encontro dos objetivos propostos pela Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar (Lei n.º 5/97, de 10 de fevereiro), nomeadamente na promoção e desenvolvimento pessoal e social da criança com base em experiências de vida democrática, tendo como base a educação para a cidadania; o promover a integração da criança em grupos sociais diversos, evidenciando o respeito pela diversidade de culturas, e provendo a consciência de forma progressiva, o seu papel como membro da sociedade; o contribuir para a igualdade de oportunidades no acesso à escola e à aprendizagem; o estimular todo o desenvolvimento da criança, respeitando sempre as suas características individuais, integrar comportamentos que facilitem as aprendizagens diversificadas; e o proporcionar à criança as melhores condições de bem-estar e segurança. Assim sendo, esta Lei vem regular, não só, objetivos ligados ao desenvolvimento da criança, mas também,

a nível sócio-emocional, intelectual e outros princípios básicos de educação para a cidadania. Neste âmbito, o educador assume papel central ao proporcionar um ambiente facilitador de experiências positivas para estas crianças, seja em termos de socialização ou de afetos.

Conclusão

Os testemunhos gentilmente prestados pelas entrevistadas foram um notável campo de análise. As opiniões e perspectivas da psicóloga e da educadora de apoio, foram fundamentais para a concretização do objetivo principal deste estudo. A partir da informação recolhida junto das entrevistadas podemos sintetizar que, a Maria Flor foi institucionalizada na sequência de ter sido vítima de vivências num ambiente familiar altamente disfuncional, caracterizado por frequentes episódios de maus-tratos e violência, associados ao consumo de álcool por um dos progenitores. No momento de entrada na Instituição de Acolhimento, a Maria Flor apresentava um ligeiro atraso no desenvolvimento, ao nível das competências de audição, fala, linguagem e autonomia pessoal e social. Era uma criança que deixava transparecer as situações trágicas vivenciadas. Em termos da afetividade, não procurava o contato afetivo e perante as manifestações afetivas de outros (e.g., toque físico, abraços) parecia sentir-se desconfortável, recusando-as ou então retraindo-se.

A Instituição de Acolhimento procedeu à reabilitação da Maria Flor através de um plano de intervenção que contou com a supervisão e intervenção direta de uma psicóloga e de uma educadora de apoio que, após a avaliação psicológica, implementaram um conjunto de atividades que visou contribuir

para o restabelecimento de todas as suas capacidades. O estabelecimento de regras e rotinas diárias auxiliou a criança a estruturar-se e a experienciar a previsibilidade e estabilidade do ambiente, no sentido de lhe proporcionar bem-estar. Igualmente, foi promovida a afetividade e o estabelecimento de relações de confiança com os adultos cuidadores, no sentido de lhe proporcionar, cada vez mais segurança, e acreditar no outro.

Os resultados da implementação do plano de intervenção realizado na Instituição de Acolhimento revelaram-se muito positivos, a criança do estudo apresentou progressos em termos de socialização, interagindo com os pares, participando das atividades pedagógicas e ao mesmo tempo o seu interesse pelas brincadeiras aumentou. Ao nível da autonomia, alcançou o controlo dos esfíncteres diurno, já se veste e despe sozinha, apesar de ter um adulto a vigiar, aprecia e colabora de forma mais ativa nas rotinas de higiene e alimentação. Verificou-se uma evolução e uma notória recuperação no que se relaciona com a sua autoconfiança e, à data da redação do presente texto, a Maria Flor é uma criança mais alegre e bem-humorada, embora ainda seja evidente uma expressão de alguma inibição quando é confrontada com situações estranhas ou com pessoas desconhecidas.

Conscientes que uma instituição de acolhimento possa não ser capaz de substituir os laços que são desenvolvidos numa família, a sua prioridade é o desenvolvimento de vínculos afetivos gratificantes e securizantes, aspectos mais fragilizados na maior parte das crianças que surgem nas instituições de acolhimento. Deste modo, o papel principal destas instituições, perante uma criança que vem de uma família disfuncional e, na maior parte dos casos,

vítima de maus-tratos e de violência grave, é o de tentar proporcionar a base de segurança que necessita, para poder voltar a explorar o mundo e poder desenvolver-se da forma mais saudável possível, à semelhança de uma criança não institucionalizada.

Assim sendo, considerámos que o nosso objetivo de estudo foi concretizado, dada a evidência que podemos demonstrar em termos da importância dos afetos e da socialização para o seu desenvolvimento de uma criança institucionalizada, com recurso a um estudo de caso e tendo por base as relações e interações da criança com os cuidadores e os restantes funcionários da instituição. O caso da Maria Flor é um dos processos de institucionalização mais marcantes e extraordinários que conhecemos, pelo papel e ajuda que a ação desenvolvida no CAT constituiu para o estímulo das suas capacidades de interação e de segurança. Foi possível que o seu desenvolvimento fosse efetuado de modo a se obterem resultados significativamente positivos.

Seria interessante, no futuro, desenvolverem-se estudos que envolvessem crianças com diferentes idades e institucionalizadas por motivos distintos, para que se possa estimar de modo mais consistente e fundamentado, o papel da instituição de acolhimento (e dos seus planos de intervenção) alicerçado nas mudanças ao nível da segurança e dos vínculos afetivos.

Por último, esperamos que este estudo possa ter contribuído para o conhecimento na intervenção psicológica na situação de institucionalização de crianças.

Referências

- Ainsworth, M. S. (1977). Infant development and mother-infant interaction among Ganda and American families. In P. H. Leiderman & S. Tulkin (Eds.), *Culture and infancy: Variations on human experience*. New York: Academic Press.
- Ainsworth, M. S. (1979). Object relations, dependency and attachment: A theoretical review of the infant-mother relationship. *Child Development*, 40, 969-1025.
- Ainsworth, M. S. (1991). Attachments and other affectional bonds across the life cycle. In C. M. Parkes, J. Stevenson-Hide & P. Marris (Eds.), *Attachment across the life cycle*. London: Routledge.
- Ainsworth, M. S., & Bowlby, J. (1991). An ethological approach to personality development. *American psychologist*, 46(4), 333.
- Alberto, I. (2003). Como pássaros em gaiolas? Reflexões em torno da institucionalização de menores em risco. In C. Machado & R. A. Gonçalves (Coords.), *Violência e Vítimas de Crime* (Vol. II: Crianças pp. 223-244). Coimbra: Quarteto.
- Azevedo, M. & Maia, A. (2006). *Maus-tratos à criança*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Bardin, L. (2004). *A análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Belsky, J. (1993). Etiology of child maltreatment: A developmental-ecological analysis. *Psychological Bulletin*, 114(3), 413-434.
- Bergen, H., Martin, G., Richardson, A., Allison, S. & Roeger, L., (2004). Sexual abuse, antisocial behaviour and substance use: gender

differences in young community adolescents. *Australian and New Zealand Journal of Psychiatry*, 38, 34-41.

Bogdan, R. C. & Biklen, S. K. (1994). *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora.

Bowlby, J. (1969/1990). *Apego e perda: apego, a natureza do vínculo* (Vol. 1, 2ª ed.). São Paulo: Martins Fontes.

Bowlby, J. (1973/1984). *Apego e perda* (Vol. 2: *separação*). São Paulo: Martins Fontes.

Bretherton, I. (1992). The origins of attachment theory: John Bowlby and Mary Ainsworth. *Developmental Psychology*, 28(5), 759-755.

Calheiros, M. B. & Monteiro, M. (2000). Mau trato e negligência parental: Contributos para a definição social dos conceitos. *Sociologia, problemas e práticas*, 34, 145-176

Canha, J. (2000). *Criança Maltratada. O papel de uma pessoa de referência na sua recuperação. Estudo prospetivo de 5 anos*. Coimbra: Quarteto Editora.

Canha, J. (2002). A criança vítima de violência. In R. Abrunhosa & C. Machado (Coords.), *Violência e Vítimas Crimes* (Vol. 2 – Crianças, pp. 13-36). Coimbra: Quarteto Editora.

Cavalcante, L. I. C., Brito, R. C. S., & Magalhães, C. M. C. (2005). Crianças institucionalizadas: Limites e riscos ao desenvolvimento. In F. A. R. Pontes, C. M. C., Magalhães, R. C. S. Brito & W. L. B. Martin (Orgs.),

Temas pertinentes à construção da psicologia contemporânea (pp. 327-353). Belém, PA: EDUFPA.

Cavalcante, L. I. C., Magalhães, C. M. C., & Pontes, F. A. R. (2007). Institucionalização precoce e prolongada de crianças: discutindo aspectos decisivos para o desenvolvimento. *Aletheia*, 25, 20-34.

Cicchetti, D. (2002). The impact of social experience on neurobiological systems: illustration from a constructivist view of child maltreatment. *Cognitive Development*, 17 (3), 1407-1428.

Cicchetti, D. & Lynch, M. (1995). Failures in the expectable environment and their impact on individual development: The case of child maltreatment. In D. Cicchetti & D. J. Cohen (Eds.), *Developmental Psychopathology* (vol. 2, pp. 32-71). New York, NY: John Wiley & Sons, Inc.

Cicchetti, D. & Toth S. L. (2005). Child maltreatment. *Annual Review of Clinical Psychology*, 1, 409-438.

Cicchetti, D., Toth, S. L., & Lynch, M. (1995). Bowlby's dream comes full circle: The application of attachment theory to risk and psychopathology. *Advances in clinical child psychology*, 17, 1-75.

Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em Risco [CNPCJR] (2008). *Relatório Anual de Avaliação da Actividade das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens em 2007*. Lisboa: Instituto da Segurança Social, IP, e Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em Risco.

- Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco [CNPJCJR] (2013). *Relatório Anual de Avaliação da Atividade das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens 2012*. Lisboa: Comissão Nacional de Proteção das Crianças e Jovens em Risco.
- David, M. (1990). *Le Placement Familier, de la pratique a la theorie*. Paris: PUF
- Dozier, M., Stovall, K. C., Albus, K. E. & Bates, B. (2001). Attachment for infants in foster care: The role of caregiver state of mind. *Child Development*, 72(5), 1467-1477.
- Estrela, M. (1994). *Relação pedagógica, disciplina e indisciplina*. Porto: Porto Editora.
- Figueiredo, B. (2003). Vinculação materna: Contributo para a compreensão das dimensões envolvidas no processo inicial de vinculação da mãe ao bebé. *Revista Internacional de Psicologia Clínica y de la Salud/International Journal of Clinical and Health Psychology*, 3(3), 521-539.
- Fonseca, H. (2005). *Compreender os adolescentes – um desafio para pais e educadores* (5ª edição). Lisboa: Editorial Presença.
- Gabadinho, D. & Pires, A. (2001). A verdade escondida. Comportamento parental e mau trato infantil. In A. Pires (Ed.), *Crianças (e pais) em risco* (pp. 275 – 302). Lisboa: ISPA.
- García, R. (2006). *As competências parentais no mundo contemporâneo como fator de proteção no desenvolvimento do ser humano: um desafio para*

pais e profissionais. Dissertação de mestrado em Enfermagem, Universidade Federal do Rio Grande.

Gaskell, M. G. (2005). Language Processing. In N. Braisby & A. Gellatly (Eds.), *Cognitive Psychology* (pp. 197-230). Oxford, UK: Oxford University Press.

George, C. & Solomon, J. (1999). Attachment and caregiving. The caregiving behavioral system. In J. Cassidy & P. Shaver (Eds.), *Handbook of attachment: Theory, research and clinical implications* (pp. 649-670). New York: Guilford Press

Gibb, B. E. (2002). Childhood maltreatment and negative cognitive styles: A quantitative and qualitative review. *Clinical Psychology Review*, 22(2), 223-246.

Goffman, E. (1985). *A Representação do Eu na Vida Cotidiana*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes.

Gustafson, T. & Sarwer, D. (2004). Childhood sexual abuse and obesity. *Obesity reviews*, 5(3), 129-135.

Kellerhals, J. & Montandon, C. (1991). *Milieu social, interactions familiales et styles éducatifs*. Neuchâtel: Delachaux et Niestlé.

Lei n.º 7/97 de 10 de fevereiro. *Diário da República*, n.º 34, I Série A. Ministério da Educação.

Machado, C. & Gonçalves, R. (2002). *Violência e vítimas de crimes: crianças* (2º Vol.). Coimbra: Quarteto Editora.

MacLean, K. (2003). The impact of institutionalization on child development. *Development and Psychopathology*, 15 (4), 853-884.

Magalhães, T. (2002). *Maus tratos às crianças e jovens*. Coimbra: Quarteto Editora.

Magalhães, T. (2010). *Violência e abuso. Respostas simples para questões complexas*. Loja Virtual IUC

Marin, I. (1999). *FEBEN, família e identidade: o lugar do outro* (2ª edição). São Paulo.

Mikulincer, M. & Florian, V. (1998). *The relationship between adult attachment styles and emotional and cognitive reactions to stressful events*. In J. A. Simpson & W. S. Rholes (eds.), *Attachment theory and close relationships* (pp. 143-165), New York: Guilford Press.

Morton, N. & Browne, K. (1998). Theory and observation of attachment and its relation to child maltreatment. *A review. Child Abuse and Neglect*. 22 (11), 1093-1104.

Ochotorena, J. (2005). Diferentes situaciones de desprotección infantil. In J. P. Ochotorena & M. Madariaga (Eds.) *Manual de Protección Infantil* (pp. 3-23). Barcelona: Masson

Oppenheim, D., Koren-Karie, N. & Sagi, A. (2001). Mothers' emphatic understanding of their preschoolers' internal experience: relations with early attachment. *International Journal of Behavioral Development*, 25 (1), 16-26.

- Palacios, J. (2003). Instituciones para niños: protección o riesgo? *Infancia y Aprendizaje*, 26(3), 353-363.
- Pereira, D. & Canavarro, M. (2004). Uma perspectiva ecológica sobre o comportamento parental em situação de maus-tratos na infância: implicações para a intervenção. *Psychologica*, 36, 131-148.
- Proença, M. (2004). A rotina como âncora do cotidiano na educação infantil. *Pátio Educação Infantil*, 4, 13-15.
- Relvas, A. P. & Alarcão, M. (2002). *Novas Formas de Família*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Schaffer, H. R. (1996). *O desenvolvimento social da criança*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Siqueira, A. C., & Dell'Aglio, D. D. (2006). O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: uma revisão de literatura. *Psicologia & Sociedade*, 18(1), 71-80.
- Smyke, A. T., Dumitrescu, A. & Zeanah, C. H. (2002). Attachment disturbances in young children. I: The continuum of caretaking casualty. *Journal of the American Academy of Child and Adolescent Psychiatry*, 41(8), 972-982.
- Souza, C. C., & Próchno, C. (2010). A vinculação afetiva para crianças institucionalizadas à espera de adoção. *Psicologia Ciência e Profissão*, 30(1), 62-84.
- Stams, J., Juffer, F., & Van Ijzendoorn, M. (2002). Maternal sensitivity, infant attachment, and temperament in early childhood predict adjustment in

middle childhood: The case of adopted children and their biologically unrelated parents. *Developmental Psychology*, 38, 806-821.

Stovall, K. & Dozier, M. (2000). The development of attachment in new relationships: Single subject analyses for ten foster infants. *Development and Psychopathology*, 12, 133-156.

Strecht, P. (1999). *Preciso de Ti – Perturbações Psicossociais em Crianças e Adolescentes*. Lisboa: Assírio & Alvim.

Strecht, P. (2003). *À margem do amor: Notas sobre delinquência juvenil* (2^a ed.). Lisboa: Assírio & Alvim.

United Nations Children's Fund [UNICEF] (2003). *Estudo sobre maus tratos em crianças. Primeira análise comparativa dos maus tratos infantis nos países ricos*. Report Cards. Florencia: Centro de Investigação Innocenti da UNICEF.

Vygotsky, L. (1984). *A Formação Social da Mente*. São Paulo, Martins Fontes.

Vorria, P., Papaligoura, Z., Dunn, J., vanIjzendoorn, M. H., Steele, H., Kontopoulou, A., et al. (2003). Early experiences and attachment relationships of Greek infants raised in residential group care. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 44 (8), 1208-1220.

Weinfield, N., Sroufe, L., Egeland, B., & Carlson, E. (1999). The nature of individual differences in infant-caregiver attachment. In J. Cassidy & P. Shaver (Eds.), *Handbook of attachment: Theory, research and clinical applications* (pp. 73-95). New York: Guilford Press.

Notas biográficas sobre os autores:

¹ **Anabela Lança Caeiro**, é Educadora de Infância e Mestre em Psicologia da Educação pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve. Atualmente exerce a função de professora de Educação Especial no Agrupamento de Escolas de Almancil, em Loulé, Portugal.

Contacto: anabela.caeiro@gmail.com

² **Luís Sérgio Vieira**, é Psicólogo, Mestre em Ciências da Educação, na especialidade de Psicologia da Educação, pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra e Doutor em Psicologia, na especialidade de Psicologia da Educação, pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve, onde exerce a sua atividade profissional como professor auxiliar.

Contacto: lsvieira@ualg.pt

Recebido: 5-5-2013.

Aceito: 10-6-2013.